DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 626/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/316/2015
PROTOCOLO	:	1565682
ÓRGÃO	:	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO/MS
RESPONSÁVEL	:	THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
TIPO DE PROCESSO	:	CONCESSÃO DE APOSENTADORIA
INTERESSADA		NILZA MARECO BOGARIM
RELATOR	:	RONALDO CHADID

Em exame a concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a NILZA MARECO BOGARIM, nascida em 4/9/1959, ocupante do cargo de professora, nível/classe MAG/502/E/III, na Secretaria de Estado de Educação, para fins de registro.

De posse do caderno processual, considerando a regularidade da documentação apresentada, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise nº 21885/2015 sugerindo o registro da aposentadoria acima identificada.

A seguir, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que emitiu o Parecer nº 18052/2015 opinando pelo registro da aposentadoria em apreço.

É o relatório.

Passo a expor às razões da decisão.

Ao analisar os autos referentes à aposentadoria de Nilza Mareco Bogarim verifico que foram cumpridos os requisitos legais e formais e foi concedida com proventos integrais do cargo efetivo, acrescidos de 20% de adicional de tempo de serviço, de acordo com os arts. 105, II, *"a"*, 111, 196, II e 199, I, todos da Lei nº 1.102/90 (redação original), e 10% de adicional de tempo de serviço, de acordo com os arts. 105, I, *"b"* e 111, ambos da Lei nº 1.102/90 (com redação dada pelo art. 4º da Lei nº 2.157/00 c/c Decreto nº 10.423/01), com base no art. 72, I, II, III, IV e *parágrafo único*, da Lei nº 3.150/05 e Lei

Federal nº 11.301/06, conforme Decreto "P" nº 4.858/14, publicado na página 90 do Diário Oficial nº 8.809, de 28 de novembro de 2014.

A documentação apresentada foi remetida tempestivamente e seus elementos constitutivos estão em consonância com o exigido na IN/TCE/MS nº 38/2012.

Diante do exposto, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO** pelo **REGISTRO** da aposentadoria concedida a NILZA MARECO BOGARIM, nos termos do art. 72, I, II, III, IV e *parágrafo único*, da Lei nº 3.150/05 e Lei Federal nº 11.301/06, conforme Decreto "P" nº 4.858/14.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 17 de fevereiro de 2016.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

ASP